



ATA DA 65ª (SEXAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Sessão realizada aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar Wolney Freitas de Azevedo França, com os trabalhos do 1º vice-presidente Michael Borges de Souza, do 1º secretário Gustavo Negócio de Freitas e da 2ª secretária Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Irani Guedes de Medeiros, José Afrânio Bezerra da Silva, Lindovaildo Soares de Azevedo, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinoense, declarou aberta a Sessão Ordinária e informou estarem previstas 03 (três) Sessões para o dia de hoje, antecipando a Sessão da quinta-feira. Convidou o vereador Afrânio Bezerra para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de 2ª Crônicas, capítulo 15, versículo 7. O presidente solicitou a 2ª secretária a leitura da ata da 42ª (quadragésima segunda) Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de maio de 2024. O presidente agradeceu a 2ª secretária e iniciou a discussão e votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de Projeto de Lei n. 114/2024 - "dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal); Requerimento Legislativo n. 103/2024 - "requer, ouvido o Plenário, autorização para que o projeto: Projeto de Lei n. 114/2024 - "dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal) tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora); Moção de



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora  
Lido na Sessão

Data: 17/09/2024

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Mesa Diretora  
Aprovado na Sessão  
Única Votação

Data: 17/09/2024

1º Secretário



Aplauso n. 058/2024 - "para o atleta Davi de Andrade Vieira por conquistar o Campeonato Brasileiro de Jiu-jitsu no estado de São Paulo no dia 23 de junho" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador José Afrânio Bezerra da Silva); Indicação n. 1272/2024, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicações ns. 1288/2024 e 1289/2024, de autoria da vereadora Fativan Alves Moura de Paiva; Indicação n. 1204/2024, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira; Indicação n. 1275/2024, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 1269/2024 e 1270/2024, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 1283/2024 e 1284/2024, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 1256/2024 e 1257/2024, de autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo; Indicação n. 1303/2024, de autoria do vereador Michael Borges de Souza; Indicações ns. 1278/2024 e 1279/2024, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Indicação n. 1301/2024, de autoria do vereador Wolney Freitas de Azevedo França; Pareceres da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira: Parecer ao Projeto de Lei n. 040/2024 - "dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei Ordinária n. 2.129, de 14 de julho de 2021, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal); Parecer ao Projeto de Lei n. 051/2024 - "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2025, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal) e emendas. O 1º secretário informou que o expediente foi lido. O presidente agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como orador inscrito o vereador César Maia. O presidente Wolney França convidou o vereador César Maia para ocupar a tribuna. Na tribuna, o vereador César Maia iniciou seu pronunciamento expressando indignação pelo abuso de autoridade da Mesa Diretora, com exceção da vereadora Carol Pires. Discorreu acerca do Projeto n. 40/2024, que diz respeito ao FINISA, aprovado nesta Casa Legislativa em 09 de junho de 2021. Disse que nessa ocasião ele, mesmo sendo de oposição, votou a favor por achar que aquele empréstimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) era importante para o município, chegando a discutir com o vereador Gabriel César por essa questão. Disse que naquele





momento o FINISA dispunha de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para a construção do novo Centro Administrativo em Parnamirim, sob a justificativa de que é pago mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em aluguéis de prédios do Executivo Municipal. Avaliou que só os aluguéis pagariam a parcela do empréstimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Citou o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a construção de um novo Binário em Nova Parnamirim e disse que na época achou importante essa obra, para não inviabilizar as moradias do bairro. No empréstimo, em 2021, havia a melhoria do Ramal Turístico na Rota do Sol, em Pirangi, Pium e Cotovelo, no valor de R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais), considerando importante para o turismo da cidade. Para Urbanização de Parques e do Centro de Parnamirim havia R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e para Pavimentação, Recapeamento e Obras de Drenagem, havia o montante de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais). Expressou que no ano de 2023, por incompetência da gestão de Parnamirim, foi executado menos de 20% (vinte por cento) do recurso. Continuou expondo que o prefeito solicitou a esta Casa Legislativa, em 2023, o remanejamento de parte do valor do FINISA, retirando o valor destinado ao Centro Administrativo e ao novo Binário (Nova Parnamirim) para outras obras (Centro, pavimentação de parques e urbanização de parques), sendo aprovado por essa Câmara novamente. Refletiu que esta Casa virou um anexo da Prefeitura, na qual “o prefeito comete crimes e a Câmara passa a mão na cabeça”. Disse que agora, em 2024, estão votando em um novo remanejamento, com uma pressão enorme na Comissão de Finanças. Expôs que os vereadores da Comissão de Finanças estão sendo desrespeitados, sem poder analisar e fiscalizar, apesar de esse ser o papel de um vereador. Citou a prefeitura de Mossoró como exemplo de bom uso do recurso do FINISA, através do projeto “Mossoró Realiza”. Disse que tem ido aos locais ver as obras de Parnamirim e tem verificado que nenhuma foi concluída. Falou que o prefeito tem maioria na Câmara Municipal e faz o que quer, mas que o Ministério Público e a Polícia Federal já estão sabendo. Afirmou que o prefeito de Parnamirim está retirando o recurso de quase R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do litoral para fazer obras de drenagem e





pavimentação. Pontuou que já está disponível o valor de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais), fora o orçamento da Secretaria de Obras, para fazer obras e questionou o porquê de mais R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Afirmou, enquanto presidente da Comissão de Finanças, que é ilegal o que o prefeito quer fazer e questionou se a Câmara dos Vereadores vai “passar a mão na cabeça do prefeito”. Citou um “emergencial” para Nova Esperança que custou mais de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais), o qual já teve o recurso quase todo pago e não tem nem 20% (vinte por cento) da obra concluída. O tribuno questionou o porquê da obra do Cemitério não estar concluída. Em aparte, o vereador Michael Borges destacou que achou ofensivo o tribuno dizer que são um “anexo” do prefeito. Afirmou que no dia de ontem foi visto um “festival” de derrubada de vetos nessa Câmara e disse acreditar que também irão ver isso no dia de hoje. Refletiu que um “puxadinho” do prefeito não seria contra as decisões do próprio prefeito. Expôs que hoje haverá vetos importantes e destacou que isso é derrota para o Executivo, destacando o quanto os debates aqui são equilibrados. Finalizou o aparte lembrando que o tribuno deixou de ser da base há alguns meses, nas vésperas das eleições. Na tribuna, o vereador César Maia agradeceu a fala do vereador Michael Borges e disse: “quando não conseguimos combater o argumento, vamos tentar atingir o argumentador”. Destacou que a pauta que está sendo discutida é o FINISA e não se ele é da oposição. Acrescentou que eleições “são um jogo de estratégia” para retornar a esta Casa Legislativa. Disse que gostaria que o vereador Michael Borges tivesse falado sobre o FINISA. Discordou sobre a fala acerca dos vetos, considerando justo e óbvio que os vereadores derrubem os vetos que consideram importantes. Afirmou que não falaria sobre posicionamentos políticos na tribuna, mas sim sobre os problemas do município. Destacou que os vereadores estão sabendo do que está acontecendo e leu: “Em 2022, dos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o prefeito de Parnamirim só executou pouco mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Em 2023, pouco mais de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Em 2024, até agora, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)”. Avaliou que o prefeito não executou nem o que estava previsto, ou seja, nem o que ele já tem em casa, e





questionou o porquê dele estar solicitando mais recursos e remanejamentos. Refletiu sobre o asfalto ser considerado mais importante que a drenagem, que está embaixo da terra, por ser ano eleitoral. Em aparte, a vereadora Fativan Alves parabenizou o tribuno por estar à frente da Comissão de Finanças e pela coragem de “dar um basta” nesta gestão, entendendo que não é a gestão que o povo quer. Parabenizou a Comissão de Finanças por fazer a análise necessária sobre esse projeto que deveria ser de extrema importância para a população. Lamentou que o vereador que costumava ser uma grande força na fiscalização da gestão, está fazendo parte da base do governo. Pontuou que o que vem acontecendo no município é um crime contra a população, com destaque a quem precisa do serviço público e citou a situação de quem amanhece o dia com água dentro de casa, perdendo os móveis. Considerou um absurdo o empréstimo do FINISA e afirmou que no ano de 2021 votou contra, porque não acreditava que esse valor iria retornar para a população. Acrescentou que não estava errada, pois agora estão vendo as provas do que aconteceu com o dinheiro do povo. Afirmou que a partir da fala do tribuno e da leitura do parecer, pôde constatar que a drenagem de Nova Esperança, na rua Suboficial Marcelino Agostinho da Costa, tem um levantamento absurdo de cerca de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) para conclusão da obra. Explicou que essa documentação só chegou a esta Casa após ela destacar o “mesversário” de três meses de pedido de informação. Continuou falando que a documentação apontou que 82% (oitenta e dois por cento) da obra dessa rua já foi concluída e convidou os vereadores para verificarem se realmente isso aconteceu, considerando um absurdo. Falou sobre o terreno de Santa Tereza, no qual foi investido R\$ 2.180.000,00 (dois milhões cento e oitenta mil reais) para compra e construção da bacia de drenagem do bairro Santa Tereza, mas que é possível ver pelo Diário Oficial que o prefeito anterior já fez a compra do terreno. Questionou se os vereadores vão aceitar calados e se vão aprovar os remanejamentos do modo que o prefeito quer. Citou também que nesse terceiro remanejamento houve a retirada de cerca de R\$5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) do litoral, os quais a população daquela região estava aguardando. Disse que também foi retirado o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para a





construção de um Binário em Nova Parnamirim. Considerou grave que, em ano eleitoral, o prefeito coloque todo esse valor para pavimentação, recapeamento e obras de drenagem, já que o prefeito já tinha R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) para fazer esse serviço e até hoje não fez. Considerou um circo. Destacou que até agora foram gastos quase R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) desse empréstimo feito em 2021 e a população de Parnamirim já pagou o valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) de juros por esses milhões gastos, os quais poderiam ser gastos com saúde e educação. Perguntou "Cadê as obras?" e afirmou que precisa de respostas para poder votar com mais tranquilidade no remanejamento dos valores do FINISA. Finalizou sua fala considerando essa situação uma vergonha. O vereador César Maia, na tribuna, agradeceu a fala da vereadora Fativan Alves e esclareceu, enquanto membro da Comissão de Finanças, que a Prefeitura faz o projeto, dá a ordem de serviço, empenha, manda para a Caixa Econômica e a Caixa executa o pagamento. Falou que a gestão atual informou a Caixa que tinha R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões) empenhados para o FINISA. A Caixa colocou os R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) na conta da Prefeitura específica para isso. A partir desse momento, o município começou a pagar juros, mesmo sem ter usado esse valor. Acrescentou que a Prefeitura teve que devolver R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) porque não executou e paga R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em cima dos R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mesmo sem ter executado. Questionou de onde esse dinheiro vai sair. Mencionou que o município de Parnamirim se encontra em más condições fiscais e está na pior classificação – Classificação C, segundo o indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG), não podendo sequer abrir novas linhas de crédito. Citou que o município só pode comprometer até 95% (noventa e cinco por cento) da sua receita com despesas e o município de Parnamirim já comprometeu 101,45%, (cento e um vírgula quarenta e cinco por cento), ou seja, já tem comprometido mais do que arrecada e não tem condições de pagar. Afirmou que o prefeito está engessando a próxima administração, porque só de juros está pagando R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Está sendo pago R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)





todos os meses por causa do FINISA e esse dinheiro está “saindo do nosso bolso”. O tribuno mencionou que a Prefeitura tinha que ter comunicado à Caixa Econômica Federal, até sexta-feira passada, dia 05, todas as obras que estão empenhadas, mas a Prefeitura sequer comunicou o que fará nos próximos 03 (três) meses, bem como não comunicou que dos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), só tem R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para executar e na maioria são estudos. Em aparte, o vereador Eder Queiroz disse que teve dificuldade em estar presente no dia de hoje porque estava em atividades externas quando foi comunicado que o Projeto n. 040/2024 estaria embutido na pauta. Contou as 08 (oito) páginas da pauta do dia e leu que na última página constava o Projeto de Lei n. 040/2024, que “dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei Ordinária n. 2.129, de 14 de julho de 2021, e dá outras providências”, destacando a ausência do nome FINISA na pauta. Lembrou que pediu ao presidente e a outros membros desta Casa Legislativa que gostaria de ser comunicado sobre essa votação. Pontuou não se tratar de gestão nem oposição, mas sobre o povo do litoral ser sempre excluído. Afirmou que estão tirando a dignidade do litoral ao remanejar o recurso único de cerca de R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais). Mencionou que só foram gastos R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) e que estão arrancando a esperança de um povo que vive de turismo. Disse que lá só chegam promessas de deputados que só servem para “enrolar” e pediu, emocionado, que votem contra essa matéria. Lembrou que a praça de Pium é uma indicação do vereador Gustavo Negócio e que o recurso é com o dinheiro do FINISA. Citou que a Feirinha está sem banheiro para os comerciantes; que a drenagem de Santa Luzia precisa ser feita; que várias ruas, inclusive a sua rua, também precisam de drenagem. Considerou absurdo que já foram gastos R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais). Disse estar adoecido no dia de hoje, mas que estava fiscalizando o Márcio Marinho, onde viu a situação do problema da falta de água, com abastecimento de carro pipa desde a semana passada, além de aparelhos de ar condicionado quebrados e falta de medicação. Lembrou que inicialmente votou a favor do projeto do FINISA e que entende que as “coisas são caras”, pedindo novamente que não retirem o orçamento do litoral. Finalizou o aparte dizendo que hoje a





plateia estaria cheia se a população do litoral soubesse sobre essa votação com antecedência. O tribuno agradeceu a fala do vereador Eder Queiroz e acrescentou que parte dos recursos do FINISA para o litoral já foram gastos com estudos da região e elaboração de projetos que não serão feitos. Para ilustrar que a Câmara "passa a mão" na cabeça do prefeito, trouxe o exemplo de um recurso para a Cultura, de quase R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), o qual a Câmara aprovou de urgência para não o perder. Pediu que a população dê atenção a situação do prefeito sempre enviar projetos em urgência, colocando os vereadores em situações difíceis, como é o caso de hoje. Refletiu que se estivessem retirando recurso do Parque Industrial, o vereador Afrânio Bezerra iria falar; se fosse retirado recursos do Monte Castelo, o vereador Irani Guedes iria se pronunciar; se fosse retirado recursos de Santa Teresa e Rosa dos Ventos, o vereador Gabriel César iria falar e questionou o porquê de remanejar o valor do litoral, considerando injusto. Disse compreender o apelo do vereador Eder Queiroz. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio disse estar impactada e indignada. Expressou solidariedade ao vereador Eder Queiroz e falou que ele soube relatar muito bem o que acontece no litoral. Destacou que no verão existe um orgulho em relação a região, mas no resto do ano ela é esquecida. Disse que foi junto ao vereador César Maia à Caixa Econômica Federal, por comungar dessa preocupação. Falou que é a favor do desenvolvimento da cidade. Destacou para o vereador Vavá Azevedo, enquanto líder do governo, que o sofrimento está longe de acabar. Mencionou que seria necessária uma Auditoria, mas que isso não é do interesse de alguns desta Casa, nem da gestão. Pontuou que o recurso FINISA é uma linha de crédito fácil de executar, porque só é necessário apresentar o serviço, a nota atestada e já é efetuado o pagamento, sem fiscalização pela Caixa. Acrescentou que se houver fiscalização, será junto com a Federal. Disse que o valor de Santa Tereza já está todo denunciado e afirmou ter várias improbidades administrativas que estão sendo levantadas. Refletiu que quer continuar em paz e sonhando com dias melhores para a cidade. Disse que está em questão o respeito com áreas que precisam de investimentos e que vão correr um alto risco de não serem efetuados nessa gestão. Considerou o valor alto para a Secretaria de Tributação e





para a Secretaria de Meio Ambiente. Citou que Cidade Verde e o Centro estão sofrendo. Pediu que os vereadores reflitam sobre a importância desse voto nesse momento e finalizou o aparte pedindo respeito pelo litoral. O vereador César Maia, na tribuna, falou para o presidente Wolney França que ficou triste porque havia lhe falado que daria o parecer depois que recebesse todas as informações solicitadas ao Executivo pela Comissão e pelo Plenário desta Casa Legislativa. Lamentou pelo Executivo não ter solicitado urgência desse projeto de lei e sim à Mesa Diretora. Disse que, segundo a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, somente o prefeito pode solicitar urgência nos seus projetos de lei, mas foi votado e aprovado. Disse que garantiu que daria esse parecer e hoje ele estava na Mesa Diretora. Afirmou que a Comissão de Finanças, citando ele e os vereadores Binho de Ambrósio e Marquinhos da Climep, encontraram neste projeto várias irregularidades e indícios de ilícitos. Como exemplo dessa ilicitude citou o terreno de Santa Tereza, o qual foi desapropriado pelo senhor Maurício Marques pelo valor de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) e hoje o prefeito Taveira o desapropriou novamente por R\$ 2.181.000,00 (dois milhões cento e oitenta e um mil reais), com a mesma metragem e mesma descrição. Refletiu que nenhum vereador tem vontade de ficar contra o litoral, mas ficarão contra, por um pedido político. Lamentou não conseguir fazer mais pelo litoral. Afirmou que a Câmara Municipal de Parnamirim estará aprovando um crime do prefeito e reiterou que a Comissão de Finanças desaprovou esse projeto de lei e recomendou a suspensão do FINISA enquanto o Executivo Municipal não cumprir com as etapas necessárias, como a da transparência. Considerou um desrespeito com essa Casa Legislativa o tempo de 03 (três) meses sem responder os requerimentos feitos. Expressou indignação com a Mesa Diretora por ser membro desta Casa legislativa e não estar sendo respeitado, bem como a Comissão de Finanças desta Casa. Questão de Ordem, o vereador Vavá Azevedo pediu o uso da palavra e afirmou que nunca fugiu de debates. Disse que se sensibilizou com a fala do vereador Eder Queiroz e que foi buscar mais informações junto a Secretaria para o debate de hoje. Afirmou que defendeu o projeto do FINISA para que a cidade evoluísse e que entende a necessidade de cada localidade. Disse que o secretário



Ihe detalhou que os R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) que estavam previstos foram pensados para fazer: a urbanização de Cotovelo e do litoral, os calçadões, a escadaria de Cotovelo, o Mercado Público de Pium, a praça do litoral e outras obras. Disse que o que foi pensado já foi sendo executado. Pontuou que várias obras já foram executadas, citando a Feirinha e acrescentando que a praça já foi licitada. Falou que o CMEI também está em execução. Disse que essas informações foram passadas pela Secretaria e que hoje o que está sendo remanejado foi pensado para essas obras que já foram executadas, com recursos próprios e recursos frutos de emendas, e poderá ser repassado para outras obras, assim como será a pavimentação do calçadão que irá de Pium até Cotovelo, ocasionando um valor até maior, no total de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) que serão investidos no litoral. Finalizou sua fala dizendo que o que foi pensado para o FINISA já foi sendo executado e que serão feitas outras obras na região, de modo que nada será retirado e sim acrescentado, destacando a construção do CMEI. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos e Thiago Fernandes da Silva (2º vice-presidente). O presidente informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, José Afrânio Bezerra da Silva, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Thiago Fernandes da Silva e Wolney Freitas de Azevedo França. O presidente Wolney França informou que na pauta do veto o voto "Sim" é para manutenção do veto e o voto "Não" é para a





derrubada do veto. Atingido o quórum de deliberação exigido, o presidente procedeu à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: Veto integral à Redação Final n. 124/2021 oriunda do Projeto de Lei n. 203/2021 – “institui o programa de adoção de campos de futebol e equipamentos ou unidades de esportes no município e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Eder Rodrigues de Queiroz) – Em discussão, o vereador Eder Queiroz falou que esse projeto é importante porque permite que o empresário seja parceiro, podendo adotar um bem público, como praças e campos de futebol, e fazer melhorias. Em discussão, o vereador Michael Borges parabenizou o Projeto e lembrou que existe um projeto semelhante que permite a adoção de praças públicas pela iniciativa privada, de modo que esse Projeto virá para somar. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes parabenizou o vereador Eder Queiroz pelo Projeto e lembrou que existe uma indicação do ano passado, a qual foi reiterada esse ano, solicitando que o município regulamentasse essa parceria para administrar equipamentos públicos, principalmente relacionado a esportes, para que sejam realizadas atividades para a comunidade. Encerrada a discussão, o Veto integral à Redação Final n. 124/2021 oriunda do Projeto de Lei n. 203/2021 recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção – veto rejeitado (o presidente Wolney França informou um erro no painel com relação ao voto do presidente e reforçou que o veto foi rejeitado em unanimidade); Veto integral à Redação Final n. 157/2022 oriunda do Projeto de Lei n. 094/2022 – “dispõe sobre a política de prevenção à violência contra profissionais da educação da rede pública de ensino do município de Parnamirim/RN” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador César Augusto de Paiva Maia) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção – veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 172/2022 oriunda do Projeto de Lei n. 199/2022 – “dispõe sobre o direito de a parturiente escolher sua via de parto, seja cesariana ou vaginal, realizada a partir das 39 (trinta e nove) semanas de gestação e dá outras providências” (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira). Em discussão, o vereador Ítalo Siqueira falou que esse projeto teve orientação da Dra. Júlia, diretora da maternidade.





Mencionou que ela sempre viu a dor das pacientes sobre a escolha do parto e enfatizou que é muito salutar que a mulher possa escolher a via de parto, dentro dos critérios médicos. Em discussão, o vereador César Maia parabenizou o projeto e reforçou que quem deve escolher o modo do parto é a mulher, levando em consideração o quadro clínico dela. Lembrou de um projeto que garante um acompanhante na hora do parto. Finalizou considerando o projeto muito importante. Em discussão, o vereador Michael Borges parabenizou o projeto, refletiu que hoje acontece um momento muito importante de humanização do parto e destacou vantagens do parto normal. Encerrada a discussão, o Veto integral à Redação Final n. 172/2022 oriunda do Projeto de Lei n. 199/2022 recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - "estima a receita e fixa a despesa do município de Parnamirim para o exercício de 2024, e determina outras providências" nas seguintes emendas: Emendas ns. 06, 09, 14, 15, 22, 31, 47, 50, 60, 125 e 172/2023. Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 06/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza - em discussão, o vereador Michael Borges falou que a rua Raimundo Roberto de Souza Freire é uma das principais vias de acesso à Nova Esperança, que hoje conta com apenas três acessos centrais, dos quais dois estão extremamente precários, sendo um deles a citada rua. Destacou o excesso de trânsito no local e o crescimento do bairro, sendo importante um complexo viário no local. Finalizou sua fala pedindo a derrubada do veto. Em discussão, a vereadora Rhalessa de Clênio disse entender a importância dessa emenda, principalmente para as épocas de chuva. Falou que essa rua está alocada dentro dos recursos do FINISA e pediu que o vereador Michael Borges explicasse como vai ser feito em relação ao valor, visto que já existe uma destinação de recurso. Questionou se haverá sobra orçamentária. Declarou que o projeto tem seu voto, mas que tem preocupação em relação a execução do orçamento. Em discussão, o vereador Michael Borges explicou que hoje estão discutindo sobre os remanejamentos do FINISA e disse que quer salvaguardar o direito da população de garantir a pavimentação daquela via independente da fonte de





recurso e que não quer correr o risco de ver o recurso de lá sendo remanejado. Encerrada a discussão, o Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 06/2023 - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 09/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza - em discussão, o vereador Michael Borges falou que todos têm acompanhado as mudanças climáticas e que não consegue compreender o veto de uma emenda destinada para criar o Sistema de Coleta Seletiva no município de Parnamirim, com recursos suficientes para ser implementado. Mencionou que já existem várias pessoas em Parnamirim que fazem a separação do lixo para a coleta seletiva, mas não existe a coleta seletiva e ele vai para o aterro com o lixo comum, gerando uma série de problemas relacionadas ao lixo urbano. Em discussão, o vereador César Maia parabenizou o projeto e lembrou que foi o relator dessa emenda e que a secretária Rose, da SELIM, já destacou a importância deste tema, de modo que não compreendeu o motivo desse veto. Encerrada a discussão, o Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 09/2023 - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 14/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza - em discussão, o vereador Michael Borges pediu a derrubada desse veto. Explicou que destinou recursos financeiros, a título de emenda impositiva, para a criação das campanhas de conscientização contra os maus tratos contra os equinos, que são utilizados em veículos de tração e sofrem, passam fome, carregam peso excessivo e são chicoteados durante todo o percurso. Disse que o objetivo dessa emenda é ter ações enérgicas no combate dessa prática. Falou que a microchipagem vai permitir o cadastro desses animais e será possível identificar as informações do animal em caso de necessidade e responsabilização. Finalizou sua fala destacando a importância do projeto e pedindo apoio. Em discussão, o vereador Marquinhos da Climep parabenizou o vereador Michael Borges pelo projeto e destacou que não seja apenas derrubado o veto, mas também que



seja cobrada a execução dessas emendas em sua integridade. Encerrada a discussão, Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 14/2023 - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 15/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza - em discussão, o vereador Michael Borges explicou que essa derrubada de veto mostra que essa matéria é importante e que deve ter os recursos mantidos. Disse que já houve uma emenda com valor próximo a esse, a qual gerou o primeiro Programa de Castração de Cães e Gatos da história de Parnamirim e agora estão destinando o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para que o município firme parcerias com clínicas veterinárias para garantir atendimento veterinário, consultas, exames e, se necessário, mais castrações de cães e gatos. Enalteceu essa primeira emenda e sua aplicação por ter garantido muitas castrações e acrescentou que esse valor vai ampliar o que vem sendo feito. Finalizou sua fala pedindo apoio nessa votação. Em discussão, o vereador Ítalo Siqueira lembrou que tem um projeto seu, de 2018, que criou a política de cães e gatos e junto a esse recurso será possível fazer o trabalho de castrações. Finalizou sua fala expressando apoio ao vereador Michael Borges nessa votação. Em discussão, o vereador Eder Queiroz parabenizou o vereador Michael Borges pela proposição do projeto e pela defesa da causa animal. Em discussão, a vereadora Rhalessa de Clênio expressou apoio a causa animal e disse que tem expectativa de que esse projeto seja efetivado e tenha o cumprimento necessário. Defendeu que as coisas venham a acontecer dentro de um Plano Municipal dos Direitos dos Animais, iniciando pela coordenadoria e pela reforma administrativa da Secretaria de Meio Ambiente. Finalizou sua fala desejando que todas as pessoas que se identificam com a causa saibam que existe um órgão que pode fazer esse acolhimento. Encerrada a discussão, o Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 15/2023 - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 22/2023, de



autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda 31/2023, de autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda n. 47/2023, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda n. 50/2023, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda n. 60/2023, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda n. 125/2023, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 149/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 233/2023 - Emenda n. 172/2023, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezesete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 035/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 061/2023 - "fica o Executivo Municipal obrigado a fazer constar em todas as leis, o nome do vereador autor da propositura que lhes deu origem, dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final) - recebeu nenhum voto favorável, 16 (dezesesseis) votos desfavoráveis e 01 (uma) abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 048/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 012/2023 - "dispõe sobre a obrigatoriedade da cobrança de noções de história e geografia de Parnamirim nos conteúdos programáticos dos concursos públicos no âmbito do município





de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto (parcial) à Redação Final n. 052/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 117/2023 - "institui no município de Parnamirim/RN o programa Semana na Praça e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador José Afrânio Bezerra da Silva) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 064/2023 - Projeto de Lei n. 120/2023 - "fica assegurado a qualquer cidadão o direito de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Pronto Atendimento (UPA), no município de Parnamirim/RN, mesmo que esteja fora da sua área de cadastramento, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Gustavo Negócio de Freitas) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 074/2023 - Projeto de Lei n. 127/2023 "dispõe sobre a publicação na internet da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do município de Parnamirim/RN e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Gustavo Negócio de Freitas) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 081/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 133/2023 - "institui o programa vigilantes do meio ambiente no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador César Augusto de Paiva Maia) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto integral à Redação Final n. 101/2023 oriunda do Projeto de Lei n. 049/2023 - "dispõe sobre a instalação de dispositivo eletrônico de segurança do tipo botão de pânico nas escolas públicas da rede de ensino da cidade de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo de Brito Siqueira) - recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 022/2024 oriunda do Projeto





de Lei Complementar n. 010/2024 - "altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar n. 193, de 28 de outubro de 2021, que instituiu o plano de cargos, carreiras e remuneração dos auditores fiscais de tributos municipais da Secretaria Municipal de Tributação de Parnamirim/RN, altera o anexo I da mesma lei, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal). Em discussão, o vereador César Maia pontuou que esse projeto é de autoria do Poder Executivo Municipal e questionou se o Executivo vetou um projeto de autoria dele mesmo. O presidente Wolney França explicou que é um veto parcial, sendo sobre algum dispositivo ou emenda. O vereador César Maia defendeu o Projeto e disse que ele já foi votado nesta Casa, com a presença dos auditores e considerou o projeto importante. Considerou o Poder Executivo "perdido" ao vetar um projeto dele mesmo. Em discussão, o vereador Eder Queiroz lembrou que o senhor Fábio, da Tributação, esteve nesta Casa e falou da importância desse projeto e foi compreendido. Expressou surpresa pelo Executivo ter feito esse veto e pediu apoio na votação. Em discussão, a vereadora Fativan Alves chamou atenção para a desorganização da atual gestão e pediu explicações ao líder do governo e considerou a situação de vetar o próprio projeto absurda. Em discussão, o vereador Michael Borges falou, enquanto presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público, que jamais votará contra os servidores públicos, sobretudo os auditores fiscais que desempenham um bom trabalho em Parnamirim. Pediu que, se houver uma explicação, o líder do governo esclareça para poder balizar seu voto. Refletiu que quando não há segurança sobre os impactos da ação a ser realizada, não se deve agir e pontuou que derrubará o veto se não houver uma explicação. Em discussão, o vereador Vavá Azevedo disse que estava tentando trazer mais informações sobre a modificação. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes, com a cópia do processo, explicou que houve modificação em alguns artigos e concordou com o vereador César Maia, pontuando que não via motivo para vetar um projeto que veio do Executivo, em prol dos servidores e que já foi aprovado em comum acordo com todos os vereadores. Opinou a favor da derrubada do veto. Em discussão, o vereador César Maia reiterou a informação de que alguns artigos foram vetados e refletiu que não houve uma análise detalhada por





parte da gestão, parecendo que o prefeito vetou sem critérios. Sugeri que os vereadores votem para derrubar esse veto, pelo Projeto já ter sido discutido por todos. Em discussão, o vereador Michael Borges falou que não é normal rediscutirem um projeto, mas que nesse caso é preciso firmar um entendimento. Disse que lhe preocupa não saber se essa votação é a favor ou contra os servidores e ponderou que diante da falta de informação deve derrubar o veto porque já foi amplamente discutido e não houve informação sobre o porquê desse veto. Encerrada a discussão, o Veto parcial à Redação Final n. 022/2024 oriunda do Projeto de Lei Complementar n. 010/2024 recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado; Veto parcial à Redação Final n. 041/2024 oriunda do Projeto de Lei n. 036/2024 - "institui o Programa de Atendimento Psicológico à Gestante ou Parturiente que manifeste o desejo de entregar o filho para adoção no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadores Thiago Fernandes da Silva e Michael Borges de Souza). Em discussão, o vereador Thiago Fernandes enalteceu a importância desse projeto, destacando que essa assistência especializada ajuda na tomada de uma decisão difícil e lembrou que ele surgiu de uma ampla discussão com várias pessoas envolvidas nessa situação. Finalizou sua fala pedindo apoio na derrubada desse veto. Em discussão, o vereador Michael Borges corroborou com a fala do vereador Thiago Fernandes e destacou que o programa pode ajudar, inclusive, a mãe a não entregar o filho, pois o atendimento psicológico pode ajudar na tomada de decisão sobre a entrega ou não para adoção. Disse que o projeto também pode mitigar as tentativas de aborto, por dar uma opção segura à mãe. Encerrada a discussão, o Veto parcial à Redação Final n. 041/2024 oriunda do Projeto de Lei n. 036/2024 recebeu nenhum voto favorável, 17 (dezessete) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - veto rejeitado. O Presidente colocou em única discussão e única votação o Projeto de Lei nº 040/2024 e orientou o processo de votação do citado Projeto, pontuando que o voto "sim" é pela aprovação do Projeto e o voto "não" é pela rejeição do Projeto. Projeto de Lei n. 040/2024 - "dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei Ordinária n. 2.129, de 14 de julho de 2021, e dá outras providências" (autoria:





Poder Executivo Municipal). Em discussão, o vereador César Maia pediu a compreensão dos vereadores sobre a Comissão de Finanças ter analisado todos os documentos e opinado pela desaprovação desse Projeto de Lei, citando os membros da Comissão: vereador Binho de Ambrósio, vereador Marquinhos da Climep e ele, vereador César Maia. Disse acreditar não ser o momento para discutir essa matéria, visto que o prefeito sequer executou o que já foi planejado. Lembrou que já votou duas vezes a favor do FINISA, avaliando que a oposição não é contra obras. Refletiu sobre as ruas com buracos da cidade e do litoral e o quanto é ruim remanejar esse valor de lá por promessas de emendas parlamentares. Pediu apoio para que o remanejamento do litoral não seja feito, pois irá prejudicar a região. Criticou a atual gestão, citando o prefeito e o secretário Giovani Júnior, e disse que "passar a mão na cabeça" do prefeito é agir errado. Finalizou a discussão destacando que o dinheiro está sendo consumido em projetos e estudos, sem obras realizadas e pedindo apoio contra esse projeto. Em discussão, o vereador Vavá Azevedo enfatizou a importância do Projeto, que visa trazer várias obras ao município. Disse que conversou com o secretário Giovani e entendeu com mais clareza a cifra destinada ao litoral. Salientou que não está sendo retirado nada do litoral. Explicou que o Projeto FINISA foi pensado antes do ano de 2021, quando foi aprovado. Os R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) foram pensados para realizar a urbanização do litoral, como o Calçadão, a Feirinha de Pium, a praça, o Mercado Público, a escadaria e outras obras, as quais já foram executadas quando houve o planejamento. Disse que o litoral foi beneficiado com muita coisa e ainda precisa de muito mais, mas que o que tinha no Projeto para aquele valor já foi sendo executado com o passar dos anos. Hoje, de acordo com a Secretaria, com a previsão orçamentária, serão contemplados no litoral o valor de quase R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), inclusive com a construção de um CMEI. Finalizou a discussão destacando outro ponto acerca do FINISA, expondo que está sendo retirado quase R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) da Secretaria de Tributação e se mantiver "do jeito que está", a população vai ter aumento da carga tributária, explicando que hoje esse valor está sendo remanejado para obras nas ruas e que cabe analisar o projeto como um todo. Em discussão, o vereador



César Maia disse que ficou preocupado com a fala do líder do governo, pois compreendeu que a Secretaria de Tributação não será reestruturada porque aumentaria a arrecadação da Secretaria. Questionou sobre se o líder do governo sabe qual foi o principal objetivo do FINISA. Questão de Ordem, o vereador Gustavo Negócio pediu foco na discussão. Em discussão, o vereador César Maia continuou sua fala explicando que o principal objetivo do FINISA é a redução de despesa e o aumento da arrecadação, sem que a população receba mais imposto em casa, mas possibilitando por exemplo, uma campanha de melhora da arrecadação do IPTU, sem mais impostos para a população. Em discussão, o vereador Vavá Azevedo afirmou que está havendo uma tentativa de distorção de cenário e reiterou que a população pagaria mais imposto. O presidente Wolney França organizou a sequência dos próximos oradores e passou a palavra para a vereadora Rhalessa de Clênio. Em discussão, a vereadora Rhalessa de Clênio disse continuar impactada e questionou se o líder do governo acredita no que fala. Lamentou a situação do litoral e pediu que todos votem com consciência, sem bandeiras eleitorais. Lembrou que já existe um valor aprovado para obras de drenagem e pavimentação que não foram executados na sua totalidade. Disse que o prefeito está tirando os sonhos do litoral e iludindo o povo. Destacou que restam 05 (cinco) meses para encerrar o mandato dele e ele não pode fazer novas licitações, porque os órgãos de controle e a legislação eleitoral não permitem, então está mexendo onde pode. Disse que ele quer fazer o que não fez em anos. Expressou apoio ao vereador Eder Queiroz pela pauta do litoral. Criticou a atual gestão citando o prefeito, o secretário de planejamento e finanças e o pré-candidato a vice-prefeito que já ocupou o Gabinete Civil e pediu apoio contra o remanejamento. Em discussão, a vereadora Fativan Alves disse que estão presenciando na manhã de hoje um desastre administrativo da atual gestão. Questionou se o líder do governo é capaz de entender o sofrimento do povo do litoral e expressou solidariedade ao vereador Eder Queiroz. Lembrou que esse valor está aprovado desde 2021 e ainda não foi executado. Considerou graves todas as indicações que o presidente da Comissão trouxe na manhã de hoje. Destacou a obra de Nova Esperança e a obra do Cemitério, a qual já está com recurso aprovado desde 2021 e em junho foi dito que



será dada a ordem de serviço, mas isso ainda não aconteceu. Finalizou a discussão pedindo apoio contra esse remanejamento, principalmente por causa do litoral. Em discussão, o vereador Eder Queiroz enfatizou que o povo do litoral não pode ser penalizado por incompetência de secretários que não prestaram contas do que foi executado. Lembrou que o projeto da duplicação da RN-313 já foi licitado e questionou o que será dito à população. Falou que esse é o único investimento que foi aprovado e está pronto para ser iniciado, sendo a única esperança de melhora daquela região fora do período de veraneio. Disse que não se trata de ser oposição, mas não acredita na fala de que serão R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) de investimento. Destacou a luta dos pequenos comerciantes da região e a necessidade desse recurso. Falou que o Mercado Público foi uma indicação sua e do vereador Wolney França, mas não foi feita e que a Feirinha não tem sequer banheiro. Lembrou que a Orla de Cotovelo foi iniciada antes do FINISA. Finalizou a discussão afirmando que não tem interesse que realizem o calçamento só na sua rua, mas que realizem todas as obras daquela comunidade. Em discussão, o vereador Michael Borges disse que o debate que está sendo feito tem relação com as eleições, sendo um claro debate oposição *versus* situação. Falou que isso compromete a decisão dos vereadores em votar pelo povo, porque não traz clareza nas informações. Diante disso, indagou diretamente ao líder do governo sobre se o dinheiro que está sendo retirado do litoral é de fato retirada de recurso, com danos à população, ou se haverá um aporte para as obras em andamento. Questionou também quais obras foram executadas no litoral. Disse que precisa dessa resposta formal para nortear seu voto e trazer esclarecimento para as pessoas que estão assistindo à Sessão. Finalizou a discussão questionando quais são as outras regiões que serão beneficiadas com esse remanejamento. O presidente Wolney França informou que o vereador Gabriel César pediu a palavra antes do líder do governo. Em discussão, o vereador Gabriel César destacou a relevância desse projeto para o município e lembrou que anteriormente votou contra essa matéria, por não ter nada voltado para a educação, na época. Sobre a fala do vereador Vavá Azevedo sobre o IPTU, disse que ele também falou com a equipe de Planejamento sobre o assunto e explicou que





em 2021, quando havia a previsão de modernizar a Secretaria de Tributação, iriam fazer um voo em Parnamirim que iria aumentar os tributos de IPTU para quem tivesse feito reformas em casa e não tivesse atualizado o imposto, assim como iria reduzir de quem houvesse necessidade. Lembrou que a Tributação trabalha com arrecadação e isso iria aumentar os mecanismos para cobrar mais do povo de Parnamirim. Lembrou que na época houve maioria de votos e o projeto passou. Em 2023, o Executivo entendeu que não era preciso fazer um Centro Administrativo e ele foi retirado do Projeto, momento no qual ele votou a favor. Se posicionou contra o aumento de imposto e a favor do projeto de 2023, com a retirada desse ponto e inclusão para obras. Falou sobre a obra de Nova Esperança e disse que ela está acontecendo agora com sucesso na parte da drenagem, com recursos do FINISA, faltando a parte de pavimentação. Se referiu ao projeto do FINISA, expondo que provocou explicações da Secretaria e foi informado que do recurso de R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais), cerca de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) foram para a escadaria da Orla de Cotovelo, que já foi concluída, com recursos da OGU (Orçamento Geral da União). Também com recursos da OGU, a Urbanização da Orla de Pirangi foi realizada e concluída, no valor de R\$ 1.044.000,00 (um milhão e quarenta e quatro mil reais). Construção do Mercado de Pium, que está concluído, com recursos da OGU, o valor foi de R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil). Acrescentou que a questão dos banheiros é uma crítica válida, considerando o projeto arcaico, porém foi executado conforme o projeto, segundo a Secretaria. Continuou informando que a construção da praça da Igreja, com recursos do FINISA, recebeu o valor de R\$ 627.000,00 (seiscentos e vinte e sete mil reais) e está com o contrato publicado. Concluiu falando que existiam essas metas dentro dos R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais), mas muitas delas já foram cumpridas, de modo que a Secretaria mandou esse projeto para aumentar as obras de drenagem. Citou a rua do vereador Eder Queiroz, rua Beira Rio, como um exemplo de rua com necessidade de obras. Disse estar tranquilo com essa votação e se comprometeu a cobrar do Executivo as melhorias para o litoral. Refletiu que muitas vezes o discurso é apenas político e indicou que através do remanejamento haverá várias obras,





citando: o calçamento de 04 (quatro) ruas no bairro de Cajupiranga, no valor de R\$ 3.371.000,00 (três milhões trezentos e setenta e um mil reais); calçamento de 03 (três) ruas no bairro Parque das Nações, no valor de R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais); Bairro Liberdade terá capeamento asfáltico no valor de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais); No bairro Parque das Árvores haverá o calçamento da rua Pereiro, no valor de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais); O bairro Passagem de Areia terá o calçamento da rua Duarte Costa, no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais); Pirangi do Norte terá o calçamento da rua Beira Rio; Emaús terá o capeamento asfáltico da rua Da Saudade, no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais); Monte Castelo terá drenagem do entorno do Cemitério, no valor de R\$ 5.961.000,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e um mil reais). Refletiu que essa discussão é política e continuou citando: Rosa dos Ventos - R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais); Jardim Planalto - calçamento das ruas, no valor de R\$ 1.130.000,00 (um milhão cento e trinta mil reais); Nova Parnamirim, capeamento e calçamento de ruas; Nova Esperança - drenagem emergencial; Valor total: R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Enfatizou que todas essas ruas serão beneficiadas e se prontificou a cobrar a gestão sobre a execução delas. Finalizou a discussão afirmando que as palavras convencem, mas o exemplo arrasta. Em discussão, o vereador Vavá Azevedo esclareceu que o vereador Gabriel César fez a explicação sobre os valores que ele iria fazer. Em discussão, o vereador Gustavo Negócio refletiu que a discussão estava acalorada. Disse que o vereador Gabriel César foi inteligente em suas palavras. Reforçou que essa é uma Casa política e questionou se os vereadores que vão votar contra o remanejamento estão contra a população de Cajupiranga, de Liberdade e contra o debate que fazem nesta Casa em torno do Cemitério, pois não querem que remanejem o orçamento para resolver a situação desses locais. Pediu respeito pela sua fala. Questão de Ordem, o vereador Irani Guedes pediu respeito para que cada vereador possa falar o que desejar dentro de seu mandato e criticou servidores na plateia que estava vaiando parlamentares. Em discussão, o vereador Gustavo Negócio reforçou que essa discussão é política e que há alguns meses, os vereadores que hoje são





da oposição não traziam críticas sobre o prefeito. Questão de Ordem, o vereador Michael Borges pontuou que foram servidores comissionados dos gabinetes que estavam vaiando os vereadores e pediu calma a todos. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes expressou apoio pelas falas dos vereadores Gabriel César, Michael Borges e Gustavo Negócio. Disse que devem buscar melhorias para o litoral, mas também há necessidade de infraestrutura em várias outras regiões. Considerou muito importante a obra do Centro. Falou que o Binário de Parnamirim já teve suas problemáticas amplamente questionadas e discutidas, avaliando esse debate como um debate político que pode impedir o desenvolvimento da cidade. Questão de Ordem, o vereador Eder Queiroz falou que propagandas e promessas não adiantam. Disse que há quatro anos isso é prometido e não é feito. Reforçou que o remanejamento irá prejudicar o litoral. Encerrada a discussão, o presidente orientou o processo de votação do citado Projeto, reiterando que o voto "sim" é favorável ao Projeto e o voto "não é pela rejeição do Projeto. O Projeto de Lei n. 040/2024 recebeu 11 (onze) votos favoráveis, 06 (seis) votos desfavoráveis e nenhuma abstenção - matéria aprovada por maioria. O 1º secretário solicitou, em Requerimento Verbal, a dispensa da leitura e da votação da redação final do Projeto de Lei n. 040/2024. O presidente aceitou o pedido, submeteu ao Plenário em única discussão e única votação, sendo aprovado pelos parlamentares presentes. A vereadora Fativan Alves pediu a palavra para uma observação sobre o projeto. Nesse momento o vereador Gustavo Negócio chamou atenção para o cumprimento do Regimento Interno. Ato contínuo, o Presidente Wolney França informou que chegou uma solicitação para que as duas Sessões Ordinárias que iriam ocorrer no dia de hoje ocorressem no dia seguinte. Solicitou autorização do Plenário, sendo aprovado pelos parlamentares presentes. Nada mais havendo a tratar, o presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos às doze horas e cinquenta e nove minutos, convocando duas Sessões para amanhã, quinta-feira, 11 de julho, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PARNAMIRIM**  
A CASA DO POVO

*[Handwritten signature]*  
**WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA**  
Presidente

*[Handwritten signature]*  
**MICHAEL BORGES DE SOUZA**  
1º Vice-Presidente

*Thiago Fernandes*  
**THIAGO FERNANDES DA SILVA**  
2ª Vice-Presidente

*[Handwritten signature]*  
**GUSTAVO NEGÓCIO DE FREITAS**  
1º Secretário

*[Handwritten signature]*  
**ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA PIRES**  
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PARNAMIRIM**  
A CASA DO POVO

Câmara Municipal de Parnamirim  
Avenida Castor Vieira Régis, s/n  
Bairro Cohabinal,  
Parnamirim/RN

Site: [www.parnamirim.leg.br](http://www.parnamirim.leg.br)  
Facebook.com/camaramunicipaldeparnamirim  
Instagram/camaraparnamirim  
Telefones: 84 3645-7090

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM**  
**Mesa Diretora**  
**Lido na Sessão**

Data: 17/09/2024

\_\_\_\_\_  
1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM**  
**Mesa Diretora**  
**Aprovado na Sessão**  
**Única Votação**

Data: 17/09/2024

\_\_\_\_\_  
1º Secretário